

Cartonificio Valinhos S/A

CNPJ 45.992.476/0001-94
Edital de Convocação

Conforme disposto no Art. 124 §1º da Lei 6.404/76, convocamos os acionistas para AGE a realizar-se dia 18/12/2025, às 15:00h na sede da Empresa à Rua 12 de Outubro, nº 20 - Vila Santana, município de Valinhos, estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre: Ordem do dia: 1) Distribuição de dividendos; 2) Aumento de Capital Social; 3) Aprovação da Reformulação do Estatuto Social; e 4) Outros assuntos. Valinhos, 05 de dezembro de 2025. **Cartonificio Valinhos S/A.**

VIPASA VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA PAULISTA S.A.

CNPJ/MF 61.648.655/0001-65 - NIRE 35.300.013.727
COMPANHIA FECHADA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas para a realização da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia que será realizada no dia 18 de dezembro de 2025, às 10h00min, em 1ª Convocação ou, às 10h30min, em 2ª Convocação, na Avenida Paulista nº 2064, espaço Center 3, Bairro Bela Vista, São Paulo – SP, CEP 01310-200, bem como através da plataforma eletrônica: <https://us02web.zoom.us/j/82140998080?pwd=THh1WkZs4jpvV6VxU37aP3cdqzBFYQ.1>, a fim de apreciar e deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **a)** Deliberar sobre a destinação de lucros acumulados apurados até 31 de dezembro de 2025, nos termos da Lei nº 15.270/2025. Para participarem da Assembleia, os acionistas, se for o caso, seus representantes legais ou procuradores, deverão apresentar documento de identificação e, se for o caso, procuração com poderes para participar da Assembleia.

São Paulo, 18 de dezembro de 2025.
Fernando José Garcia (Diretor-Secretário) e **Dani Glikmanas** (Diretor-Superintendente).

Anfema Administração e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 08.841.517/0001-15 - NIRE 35.300.534.174
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os senhores acionistas da Anfema Administração e Participações S.A. ("Companhia") convocados para se reunir em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada de modo exclusivamente digital por meio de sistema eletrônico indicado abaixo, a ser tida como realizada na sede social da Companhia, nos termos dos arts. 124, § 2º, A e 127 da Lei nº 6.404/76 e da Instrução do DREI nº 81/2020, por meio da plataforma virtual denominada "Microsoft Teams" ("Plataforma"), em primeira convocação, no dia 19 de dezembro de 2025, às 15h, a fim de deliberar a respeito da utilização e exploração comercial, pelos acionistas da Companhia e/ou suas controladas, das marcas de titularidade da Companhia. **Instruções Gerais:** 1. Para participação por meio da Plataforma, a Companhia disponibilizará um link de acesso, o qual deverá ser solicitado pelos Senhores Acionistas ou seus representantes por meio do endereço de e-mail canaladosacionistasanfema@gmail.com. Recomenda-se que a solicitação seja realizada com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. 2. O acionista que desejar ser representado por procurador deverá apresentar, além da documentação acima, o respectivo instrumento de mandato. Nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A., o procurador deverá ter sido constituído há menos de 1 (um) ano. São Paulo, 11 de dezembro de 2025. **André Cintra Pereira** - Diretor; **Marcelo Carlos Parlutto** - Diretor.

Anfema Administraçãoe Participações S.A.

CNPJ/MF nº 08.841.517/0001-15 - NIRE 35.300.534.174
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os senhores acionistas da Anfema Administração e Participações S.A. ("Companhia") convocados para se reunir em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada de modo exclusivamente digital por meio de sistema eletrônico indicado abaixo, a ser tida como realizada na sede social da Companhia, nos termos dos arts. 124, § 2º, A e 127 da Lei nº 6.404/76 e da Instrução do DREI nº 81/2020, por meio da plataforma virtual denominada "Microsoft Teams" ("Plataforma"), em primeira convocação, no dia 19 de dezembro de 2025, às 12h, a fim de deliberar a respeito das seguintes matérias constantes da ordem do dia: **(i)** reformar o Estatuto Social para alteração da composição e competências da administração da Companhia, bem como a forma de representação; **(ii)** reformar o Estatuto Social para inclusão de cláusula compromissória para adoção da arbitragem como método de resolução de disputas envolvendo a Companhia; e **(iii)** consolidar o Estatuto Social da Companhia. **Instruções Gerais:** 1. Para participação por meio da Plataforma, a Companhia disponibilizará um link de acesso, o qual deverá ser solicitado pelos Senhores Acionistas ou seus representantes por meio do endereço de e-mail canaladosacionistasanfema@gmail.com. Recomenda-se que a solicitação seja realizada com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. 2. O acionista que desejar ser representado por procurador deverá apresentar, além da documentação acima, o respectivo instrumento de mandato. Nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A., o procurador deverá ter sido constituído há menos de 1 (um) ano. São Paulo, 11 de dezembro de 2025. **André Cintra Pereira** - Diretor; **Marcelo Carlos Parlutto** - Diretor.

Anfema Administração e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 08.841.517/0001-15 - NIRE 35.300.534.174
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam os senhores acionistas da Anfema Administração e Participações S.A. ("Companhia") convocados para se reunir em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada de modo exclusivamente digital por meio de sistema eletrônico indicado abaixo, a ser tida como realizada na sede social da Companhia, nos termos dos arts. 124, § 2º, A e 127 da Lei nº 6.404/76 e da Instrução do DREI nº 81/2020, por meio da plataforma virtual denominada "Microsoft Teams" ("Plataforma"), em primeira convocação, no dia 19 de dezembro de 2025, às 13h, a fim de deliberar a respeito das seguintes matérias constantes da ordem do dia: **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(ii)** eleger os membros da Diretoria da Companhia; e **(iii)** fixar o limite da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2025. **Instruções Gerais:** 1. Para participação por meio da Plataforma, a Companhia disponibilizará um link de acesso, o qual deverá ser solicitado pelos Senhores Acionistas ou seus representantes por meio do endereço de e-mail canaladosacionistasanfema@gmail.com. Recomenda-se que a solicitação seja realizada com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. 2. O acionista que desejar ser representado por procurador deverá apresentar, além da documentação acima, o respectivo instrumento de mandato. Nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A., o procurador deverá ter sido constituído há menos de 1 (um) ano. São Paulo, 11 de dezembro de 2025. **André Cintra Pereira** - Diretor; **Marcelo Carlos Parlutto** - Diretor.

Golin Participações S/A

CNPJ: 05.487.746/0001-95 - NIRE: 35300315189
Assembleia Geral Extraordinária - Convocação

Convocamos os Senhores Acionistas a se reunirem em sua sede social na Estrada Velha de Guarulhos-Arujá, 306-A, Guarulhos - SP, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404/76, em 1ª convocação às 09:00 horas e, em 2ª convocação, às 11:00 horas do dia 18/12/2025 para em **Assembleia Geral Extraordinária** tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia, conforme determina a Lei de Sociedades Anônimas em seu art. 132, incisos I a IV: I - Em AGE: **a)** Deliberar sobre a distribuição de lucros efetivamente apurados no exercício de 2025, bem como dos lucros acumulados de exercícios anteriores, observando o regime de tributação adotado e a legislação vigente. Guarulhos, 10/12/2025. **Sr. Paulo César de Araújo** - Diretor. Fica ainda registrado, para que surta todos os efeitos jurídicos previstos em lei, que aos acionistas será facultado a participação e o voto somente presencial, de modo que a Assembleia Geral Ordinária se realizará no modelo presencial, sendo certo que os acionistas que queiram fazer se representar por instrumento de procuração no ato da Assembleia poderá fazê-lo na forma do art. 126, §1º, da Lei nº 6.404/76, ou seja, por meio de procurador, constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado, além de que deverá necessariamente enviar o documento de procuração original até o ato de abertura e instalação da Assembleia Geral Extraordinária. Fica destacado também que os representantes legais dos acionistas (pais, tutores, curadores, administradores de pessoas jurídicas, inventariantes, etc.), deverão, além de demonstrar a condição de acionista do representado, comprovar essa condição específica de representação por meio de documento próprio que a lei autorize, conforme determina a lei de regência.

SITE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 11.325.716/0001-85 - NIRE 35.300.388.178

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os senhores acionistas do **SITE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia") convocados, nos termos do Estatuto Social da Companhia, da Lei 6.404/76 e do Manual de Registro de Sociedade Anônima aprovado pela Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, para se reunirem, por meio de videoconferência, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a realizar-se no dia dezoito de dezembro de 2025, às 11:00, para analisar e deliberar sobre a seguinte matéria constante na Ordem do Dia: **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** a) Deliberar sobre proposta de distribuição e pagamento de dividendos intermediários, no montante de até R\$ 2.890.000,00 (dois milhões e oitocentos e noventa mil reais), a serem pagos em até 3 (três) anos, com base no saldo de lucros acumulados apurado no atual exercício social, conforme demonstrações financeiras de 31/10/2025, em atenção às regras de transição temporal vigentes nesta data, nos termos da Lei 9.250/95, com redação dada pela Lei 15.270/25; **Instruções Gerais:** (i) Os documentos referentes ao item da Ordem do Dia da AGE a que se refere o presente Edital de Convocação, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. (ii) Aos acionistas que se fizerem representar por meio de procurador, solicita-se o envio dos documentos comprobatórios de representação, a saber: (a) o instrumento de mandato, devidamente assinado, com firma reconhecida; e (b) uma cópia autenticada do documento de identidade ou da carteira da Ordem dos Advogados do Brasil do representante indicado; e (iii) cópia do contato/estatuto social vigente, com evidência de registro perante a Junta Comercial competente, acompanhado do documento de eleição do representante legal que comparecerá à assembleia geral (quando se tratar de pessoa jurídica) com evidência de registro perante a Junta Comercial competente, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da realização da AGE visando a comprovação da legitimidade da representação exercida; e (iii) A participação dos acionistas se dará por meio de videoconferência, desde que possuam condições técnicas para se manifestarem.

São Paulo, 09 de dezembro de 2025.

João Antonio Zogbi Filho
Presidente do Conselho de Administração

EPHARMA – PBM DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 03.448.808/0001-24 – NIRE nº 35.300.173.872
Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os senhores acionistas de EPHARMA – PBM DO BRASIL S.A. ("Sociedade") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 22/12/2025, às 10 horas, na sede da Sociedade, localizada na Rua Butantã, nº 336, 8º And, CjB-61 a 64, Pinheiros, São Paulo/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) a distribuição de dividendos intermediários do exercício de 2025 e oriundos de lucros acumulados de exercícios anteriores ("Dividendos"), incluindo, a definição de forma, prazo e data base acionária. (ii) autorizar a Administração a adoção de todas as medidas necessárias à implementação das deliberações tomadas na presente Assembleia. Informam, outrossim, que os documentos relativos às matérias a serem debatidas em Assembleia Geral Extraordinária encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas na sede social da Sociedade e serão disponibilizados via e-mail a versão digitalizada todos os documentos relativos às matérias.

Bem Estar Indústria, Comércio e

Importação de Cosméticos S.A.

CNPJ/MF nº 08.040.489/0001-37 - NIRE 35.300.535.715
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam os senhores acionistas da Bem Estar Indústria, Comércio e Importação de Cosméticos S.A. ("Companhia") convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada de modo exclusivamente digital por meio de sistema eletrônico indicado abaixo, a ser tida como realizada na sede social da Companhia, nos termos dos arts. 124, § 2º-A e 127 da Lei nº 6.404/76 e da Instrução do DREI nº 81/2020, por meio da plataforma virtual denominada "Microsoft Teams" ("Plataforma"), em primeira convocação, no dia 19 de dezembro de 2025, às 10h, a fim de deliberar a respeito das seguintes matérias constantes da ordem do dia: **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(ii)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(iii)** eleger os membros da Diretoria da Companhia; e **(iv)** fixar o limite da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2025. **Instruções Gerais:** 1. Para participação por meio da Plataforma, a Companhia disponibilizará um link de acesso, o qual deverá ser solicitado pelos Senhores Acionistas ou seus representantes por meio do endereço de e-mail canaladosacionistasbemestar@gmail.com. Recomenda-se que a solicitação seja realizada com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. 2. O acionista que desejar ser representado por procurador deverá apresentar, além da documentação acima, o respectivo instrumento de mandato. Nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A., o procurador deverá ter sido constituído há menos de 1 (um) ano. São Paulo, 11 de dezembro de 2025. **João Paulo Chacur** - Diretor.

Bem Estar Indústria, Comércio e

Importação de Cosméticos S.A.

CNPJ/MF nº 08.040.489/0001-37 - NIRE 35.300.535.715
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os senhores acionistas da Bem Estar Indústria, Comércio e Importação de Cosméticos S.A. ("Companhia") convocados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada de modo exclusivamente digital por meio de sistema eletrônico indicado abaixo, a ser tida como realizada na sede social da Companhia, nos termos dos arts. 124, § 2º-A e 127 da Lei nº 6.404/76 e da Instrução do DREI nº 81/2020, por meio da plataforma virtual denominada "Microsoft Teams" ("Plataforma"), em primeira convocação, no dia 19 de dezembro de 2025, às 9h, a fim de deliberar a respeito das seguintes matérias constantes da ordem do dia: **(i)** reformar o Estatuto Social para alteração da composição e competências da administração da Companhia, bem como a forma de representação; **(ii)** reformar o Estatuto Social para inclusão de cláusula compromissória para adoção da arbitragem como método de resolução de disputas envolvendo a Companhia; e **(iii)** consolidar o Estatuto Social da Companhia. **Instruções Gerais:** 1. Para participação por meio da Plataforma, a Companhia disponibilizará um link de acesso, o qual deverá ser solicitado pelos Senhores Acionistas ou seus representantes por meio do endereço de e-mail canaladosacionistasbemestar@gmail.com. Recomenda-se que a solicitação seja realizada com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. 2. O acionista que desejar ser representado por procurador deverá apresentar, além da documentação acima, o respectivo instrumento de mandato. Nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A., o procurador deverá ter sido constituído há menos de 1 (um) ano. Diadema, 11 de dezembro de 2025. **João Paulo Chacur** - Diretor.

DEBELMA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 03.397.489/0001-75 - NIRE Nº 35.300.173.040

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 6 DE NOVEMBRO DE 2025

I. Data, Hora e Local: 6/11/2025, às 10h, na sede da Debelma Participações S.A. ("Companhia"), na Fazenda Santa Cruz, no município de Américo Brasiliense/SP. **II. Presença e Convocação:** Presentes os acionistas representando a totalidade do capital social, tendo sido dispensada a convocação (§4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76), conforme assinaturas constantes do "Livro de Registro de Presença de Acionistas". **III. Mesa:** Presidente: Luiz Antonio Cera Ometto e Secretário: Mauricio Krug Ometto. **IV. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **em caráter ordinário:** **(1)** As Contas dos Administradores e as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31.3.2025; **(2)** Destinação do lucro líquido do exercício; **(3)** Remuneração global dos membros da Diretoria. **V. Deliberações:** Dando início aos trabalhos, o Presidente submeteu à apreciação da Assembleia as matérias constantes da ordem do dia. Os acionistas deliberaram e aprovaram por unanimidade de votos: **(1)** As Contas dos Administradores e as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31.3.2025, com publicação no jornal "O Dia SP" em 4/10/2025 (páginas 5 e 6) e divulgação simultânea na versão digital (páginas 1 e 2). **(2)** A proposta da administração para que o lucro líquido do exercício encerrado em 31.3.2025, no valor de R\$ 126.605.135,26 tenha as seguintes destinações: **a)** R\$ 82.596.308,12 de dividendos do exercício encerrado em 31.3.2025, composto por R\$ 7.596.308,12 para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 75.000.000,00 de dividendos adicionais, os quais serão pagos aos acionistas na proporção de suas participações. **b)** valor bruto de R\$ 40.525.447,70 a título de juros sobre capital próprio, sendo o valor líquido, após retenção de 15% de imposto de Renda Retido na Fonte, o montante de R\$ 34.446.630,55, já pagos aos acionistas; **c)** R\$ 3.483.379,44 a ser destinado à conta de Reserva de Retenção de Lucros. **(3)** A remuneração global anual dos membros da Diretoria para o exercício social em curso poderá ser acrescida em até 10% em relação ao valor do exercício anterior. **VI. Lavratura:** Foi aprovada a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral em forma de sumário, bem como sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do artigo 130 e parágrafos da Lei 6.404/76. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo, foram suspensos os trabalhos para lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, a ata foi lida, aprovada e assinada. **Presidente da Mesa:** Luiz Antonio Cera Ometto. **Secretário da Mesa:** Mauricio Krug Ometto. **Acionistas:** Luiz Antonio Cera Ometto, Denise Krug Ometto, Beatriz Krug Ometto Moreno, Eloísa Krug Ometto, Mauricio Krug Ometto. Esta é cópia da ata lavrada no livro próprio. Américo Brasiliense/SP, 6/11/2025. **Jucesp** nº 395.980/25-2 em sessão de 18/11/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.



JTPublicidade

Equipav

Demonstrações Financeiras

2024

ARCOS SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ nº 29.291.541/0001-06

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais)										Demonstrações de resultados											
										Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)											
Ativos		Controladora		Consolidado		Passivos	Controladora		Consolidado		Ativos		Controladora		Consolidado						
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			2024	2023	2024	2023					
Nota		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	Nota		(Reapresentado)	(Reapresentado)			(Reapresentado)		(Reapresentado)							
Caixa e equivalentes de caixa	6	26.123	10	1.878.120	138.986	Fornecedores e empreiteiros	14	-	798.675	612.910	Receita operacional líquida	21	-	14.212.394	8.806.540						
Aplicações financeiras	7	-	15.963	5.296.783	4.753.600	Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	37.318	2.069.502	1.556.806	Custos dos serviços prestados	22	-	7.241.830	4.443.500						
Contas a receber de clientes	8	-	-	1.908.102	1.848.528	Obrigações trabalhistas e sociais	16	16	374.551	658.472	Lucro bruto	-	-	6.970.886	4.362.890						
Ativos financeiros contratuais	9	-	-	304.260	333.560	Obrigações fiscais	16	10	130.477	141.379	Despesas administrativas e gerais	22	(2.643)	(1.030)	(1.534.320)	(955.688)					
Estoques	-	-	-	61.905	179.139	Dividendos a pagar	10	62.258	2.510	453.181	163.431	Despesas com pesquisa e desenvolvimento	22	-	-	(65.823)	(21.358)				
Debêntures privadas partes relacionadas	-	-	-	14.067	-	Imposto de renda e contribuição social	25 a	-	-	235.862	146.734	Outras receitas operacionais	23	-	-	369.373	403.672				
Tributos a recuperar	-	1.716	-	255.449	195.376	Instrumentos financeiros derivativos	26 a	-	-	205.759	540.798	Outras despesas operacionais	-	-	-	(60.509)	(8.185)				
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	10	151.884	-	2.189	-	Parcelamentos de tributos	-	-	346	804	Resultado de equivalência patrimonial	11	269.089	193.393	96.036	256.934					
Instrumentos financeiros derivativos	26	-	-	10.147	71.530	Outros tributos diferidos	17	-	64.016	30.774	Resultado antes do resultado financeiro e tributos	-	266.446	192.363	5.775.643	4.034.355					
Outros créditos	-	-	-	166.480	322.168	Total do passivo circulante	-	62.290	39.853	4.910.490	4.140.469	Despesas financeiras	24	1.740	1.184	2.783.068	1.517.917				
Total do ativo circulante	-	179.723	15.973	9.897.502	7.842.887	Fornecedores e empreiteiros	14	-	63.702	65.615	Receitas financeiras	24	(7.377)	(22.309)	(5.172.760)	(3.434.041)					
Aplicações financeiras	7	-	-	197.243	172.788	Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	-	151.601	24.889.816	16.255.700	Resultado financeiro	-	(5.637)	(21.125)	(2.389.692)	(1.916.124)				
Contas a receber de clientes	8	-	-	575.935	491.522	Parcelamentos de tributos	18	-	1.386	1.614	260.809	171.238	3.385.951	2.118.231	Imposto de renda e contribuição social corrente	25 a	-	-	-	-	
Ativos financeiros contratuais	9	-	-	1.288.192	512.043	Provisões	25 b	-	438.622	328.935	Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	-	-	260.809	171.238	2.448.805	1.393.796		
Tributos a recuperar	10	1.053	2.736	30.986	170.105	Passivo fiscal diferido	26 b	-	1.166.862	289.827	Lucro líquido do exercício	-	260.809	171.238	2.448.805	1.393.796	Resultados atribuído para:	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	10	-	-	1.050.294	835.226	Instrumentos financeiros derivativos	26	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Contas correntes a receber de partes relacionadas	26 b	3.700	-	3.700	-	Provisão para perda de investimentos	11	370.411	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Ativo fiscal diferido	26 b	-	-	353.788	709.390	Provisão de benefício pós-emprego	19	-	256.976	622.578	Acionistas controladores	-	260.809	171.238	260.809	171.238	260.809	171.238	260.809	171.238	
Instrumentos financeiros derivativos	26	-	-	2.038.007	541.514	Outros tributos diferidos	-	-	60.436	55.465	Acionistas não controladores	-	-	-	1.987.996	1.222.558	-	-	-	-	
Depósitos judiciais	18	-	-	393.291	480.964	Contas a pagar de partes relacionadas	17	52.720	75.174	52.720	75.174	Lucro líquido do exercício	-	260.809	171.238	2.448.805	1.393.796	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	11	-	-	7.074.289	6.533.143	Outras contas a pagar	-	-	2.434.816	1.208.470	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros créditos	-	-	-	219.669	220.119	Total do passivo não circulante	-	423.131	226.775	30.687.550	20.591.023	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total do realizável a longo prazo	-	4.753	2.736	13.225.394	10.666.814	Patrimônio líquido	20	-	485.421	266.628	35.998.040	24.731.492	-	-	-	-	-	-	-	-	
Investimentos	11	2.198.689	1.501.363	1.225.139	676.583	Capital social	-	1.465.358	575.584	1.465.358	575.584	Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	
Imobilizado	64	84	84	1.532.270	763.578	Reservas de lucros	-	627.327	650.846	627.327	650.846	Itens que não poderiam ser classificados para o resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ativo de contrato de concessão	12	-	-	3.253.517	3.193.592	Ajuste de conversão patrimonial	-	(196.969)	25.006	(196.969)	25.006	Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(2.138)	(1.505)	-	-	-	
Intangível	13	-	-	16.906.810	11.398.684	Ajuste de avaliação de balanço	-	2.092	2.092	2.092	2.092	Perdas atuais líquidas de tributos diferidos -	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total do ativo não circulante	-	2.203.506	1.504.183	36.143.130	26.699.251	Lucros acumulados	-	-	-	-	-	Realização de acordos	-	-	-	383.272	11.290	-	-	-	
Total do ativo	-	2.383.229	1.520.156	46.040.632	34.542.138	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	-	1.897.808	1.253.528	1.897.808	1.253.528	R/Cs do Consórcio	-	-	-	(130.312)	-	-	-	-	
						Participação de não controladores	-	-	-	8.544.784	8.557.118	Itens que não poderiam ser classificados para o resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	
						Total do patrimônio líquido	-	1.897.808	1.253.528	10.442.592	9.810.646	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
						Total do passivo e patrimônio líquido	-	2.383.229	1.520.156	46.040.632	34.542.138	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)										Demonstrações dos fluxos de caixa			
										Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)			
Atribuível aos acionistas controladores										Participação de acionistas não controladores			
Reservas de lucros										Total do patrimônio líquido			
Ajuste de avaliação patrimonial										Total do patrimônio líquido			
Ajuste de conversão de balanço										Total do patrimônio líquido			
Lucros acumulados										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			
Total										Total do patrimônio líquido			

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS: A Companhia aplica políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. *(a) Base de consolidação:* *(i) Controladas:* As demonstrações financeiras das controladas, conforme nota explicativa nº 2, são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais das controladas, os resultados do exercício das controladas são reconhecidos separadamente das demonstrações financeiras consolidadas. *(ii) Coligadas:* As demonstrações financeiras das coligadas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas com as informações contábeis das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras. *(iii) Coligadas:* As coligadas são entidades sobre as quais a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os resultados do exercício das coligadas são reconhecidos através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial são utilizadas as demonstrações financeiras consolidadas das coligadas. *(iv) Participação de investidor:* Quando a Companhia possui participação de investidor, o resultado será reconhecido na proporção da participação do resultado são refletidas a participação da Companhia nos resultados operacionais de suas coligadas. *(v) Participação de acionistas não-controladores:* Para cada combinação de negócios, a Companhia deve mensurar qual participação de não-controladores na aquisição, utilizando um dos seguintes critérios: • Pelo valor justo; ou • Pela participação proporcional dos ativos líquidos identificáveis da aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações com acionistas em sua capacidade de acionistas. *(vi) Perda de controle e influência significativa:* Se a Companhia perder o controle sobre uma controlada pelo custo zero, desrespeitando o princípio de continuidade, a perda de controle da controlada pelo custo zero é registrada como uma perda de controle. Se a perda e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido, incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas. Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento perdido é reconhecido pelo valor justo na data em que

de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de liquidação e não são avaliados com base no valor justo. Os ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de liquidação e não são avaliados com base no valor justo. Os ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de liquidação e não são avaliados com base no valor justo. Os ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de liquidação e não são avaliados com base no valor justo.

controla o período. Ao perder influência significativa sobre uma coligada, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo é reconhecida no resultado. A perda de influência significativa não resulta em uma perda ou ganho líquido para a Companhia. A perda de influência significativa não resulta em uma perda ou ganho líquido para a Companhia.

Eliminadas na consolidação: Saldos e transações entre empresas controladas pela Companhia são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. **B) Moeda estrangeira:** (i) *Transações em moeda estrangeira:* Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira, na data do balanço, são convertidos para a moeda funcional do Grupo. Ativos e passivos não monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional do Grupo pelas taxas de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. (ii) *Arendamentos:* O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transfere o direito de controle o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Se o contrato for um arrendamento, o Grupo reconhece o arrendamento e o ativo arrendado. Se não for um arrendamento, o Grupo reconhece o arrendamento e o ativo arrendado. Se o contrato for um arrendamento, o Grupo reconhece o arrendamento e o ativo arrendado. Se não for um arrendamento, o Grupo reconhece o arrendamento e o ativo arrendado.

Ativos de direito de uso: O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de quaisquer incentivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reduzidos de quaisquer incentivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reduzidos de quaisquer incentivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reduzidos de quaisquer incentivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reduzidos de quaisquer incentivos de arrendamento.

de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de liquidação e não são avaliados com base no valor justo. Os ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de liquidação e não são avaliados com base no valor justo. Os ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de liquidação e não são avaliados com base no valor justo. Os ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de liquidação e não são avaliados com base no valor justo.

controla o período. Ao perder influência significativa sobre uma coligada, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo é reconhecida no resultado. A perda de influência significativa não resulta em uma perda ou ganho líquido para a Companhia. A perda de influência significativa não resulta em uma perda ou ganho líquido para a Companhia.

Eliminadas na consolidação: Saldos e transações entre empresas controladas pela Companhia são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. **B) Moeda estrangeira:** (i) *Transações em moeda estrangeira:* Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira, na data do balanço, são convertidos para a moeda funcional do Grupo. Ativos e passivos não monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional do Grupo pelas taxas de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. (ii) *Arendamentos:* O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transfere o direito de controle o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Se o contrato for um arrendamento, o Grupo reconhece o arrendamento e o ativo arrendado. Se não for um arrendamento, o Grupo reconhece o arrendamento e o ativo arrendado. Se o contrato for um arrendamento, o Grupo reconhece o arrendamento e o ativo arrendado. Se não for um arrendamento, o Grupo reconhece o arrendamento e o ativo arrendado.

Ativos de direito de uso: O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de quaisquer incentivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reduzidos de quaisquer incentivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reduzidos de quaisquer incentivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reduzidos de quaisquer incentivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reduzidos de quaisquer incentivos de arrendamento.

devido entrar em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou c) O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. A provisão para perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Os ativos financeiros baixados não são mais avaliados e os resultados financeiros são afetados pelo valor contábil bruto dos ativos baixados quando ainda estão sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados como perdidos, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro. **Contas a receber de clientes:** Para o cálculo das perdas de crédito esperadas relacionadas as contas a receber, são consideradas premissas, as quais são as principais fontes de risco de crédito para o Grupo. As perdas de crédito esperadas são determinadas com base na análise das vendas nos últimos 36 meses, ajustadas por eventos futuros relevantes esperados. O Grupo realizou o cálculo das taxas de perda de crédito esperadas separadamente para clientes privados, públicos e renegociados. As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base na característica comum de risco de crédito e status de inadimplência. As alterações de exposição do Grupo ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 26. **(ii) Ativos não financeiros:** Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos não financeiros (ativos tangíveis, ativos intangíveis, ativos financeiros e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda no valor contábil. Caso ocorra alguma perda, o Grupo reconhece a redução ao valor recuperável do ativo. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, por grupo, por menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entretanto essas são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos de alienação. O valor em uso é determinado com base na melhor das seguintes alternativas: (i) o valor contábil menos o valor de perda de crédito esperada, se os impostos que resultam às avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. **f) Contratos de concessão de serviços:** O Grupo reconhece os contratos de concessão de serviços como ativos financeiros. **(iii) Direitos de exclusão de infraestrutura:** As concessionárias do Grupo aplicam a prática contábil de ativo o preço total da concessão de infraestrutura, menos o valor de perda de crédito esperada, para determinar o valor contábil dos direitos de exclusão de infraestrutura. Os ativos são avaliados com base no valor futuro a pagar ao Poder Concedente. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é reconhecida no resultado financeiro. Se o concessionário atua como prestador de serviço, o reconhecimento dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contábil incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção. A amortização do direito de exclusão de infraestrutura é reconhecida no resultado do grupo financeiro na linha de valor pela vida útil ou pelo prazo da concessão, do prazo do menor. **(iv) Ativos financeiros contratuais:** As concessionárias Serra, Via Fênix, Canacá, Metrosul, Ceará 1, Ceará 2 e Ceará 3 reconhecem os contratos de concessão de infraestrutura como ativos financeiros. Os ativos são avaliados com base em investimentos realizados, razão pela qual, a medida que executam as construções e melhorias, reconhecem um ativo financeiro. A controladora indireta Consorcio reconhece para alguns contratos um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber um montante financeiro ao final da concessão à luz da indenização pelos investimentos efetuados e não amortizados no prazo da concessão. Para as demais controladoras, não está disponível a informação de reconhecimento de ativos financeiros. **(v) Ativos financeiros e débitos:** Os custos dos empréstimos, financiamentos e débitos atribuídos ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria. **h) Benefícios a empregados:** **(i) Benefício de custo para**

[illegible]

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2024		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Balancos patrimoniais (Em milhares de Reais)						
Ativo						
Total do ativo circulante	141.695		141.695	9.897.502		9.897.502
Ativo fiscal diferido				2.038.007	(73.007)	1.965.000
Demaís saldos	4.763	4.763	11.260.394			11.260.394
Total realizable a longo prazo	4.723		13.298.417	(73.007)		13.225.384
Investimentos	1.916.240	320.477	(1) 2.236.717	1.225.139		1.225.139
Imobilizado	64	64	1.532.270			1.532.270
Ativo de controle da concessão				3.241.181	12.236	3.253.517
Intangíveis				16.311.729	995.882	16.806.810
Total do ativo não circulante	1.921.057	320.477	2.241.534	35.608.720	534.410	36.143.130
Total do ativo	2.062.752	320.477	2.383.229	45.506.722	534.410	46.040.632
Passivo						
Divendados a pagar	24.230	38.028	(1) 62.258	415.153	38.028	453.181
Demaís saldos	32	32	457.509			4.457.300
Total do passivo circulante	24.262	38.028	(1) 62.258	415.153	38.028	457.481
Total do passivo não circulante	423.131		423.131	30.687.550		30.687.550
Total do passivo	447.393	38.028	485.421	35.560.012	38.028	35.598.040
Reservas de lucros	344.878	320.477	(1) 665.355	344.878	320.477	(1) 665.355
Dividendos nãoacionários propostos		(38.028)			(38.028)	
Lucros acumulados		(1)				
Demaís saldos	1.270.481		1.270.481	1.270.481		1.270.481
Total do passivo atribuído aos controladores	1.615.359	282.449	1.897.808	1.615.359	282.449	1.897.808
Participações de não controladores				8.330.251	493.333	8.544.774
Total do patrimônio líquido	1.615.359	282.449	1.897.808	9.946.210	216.930	10.224.992
Total do passivo e patrimônio líquido	2.062.752	320.477	2.383.229	45.506.722	534.410	46.040.632
Controladora						
Consolidado						
31 de dezembro de 2024						
31 de dezembro de 2024						
Demonstrações de resultados (Em milhares de Reais)						
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receita operacional líquida				12.818.662	313.732	14.121.234
Custos dos serviços prestados				(7.399.622)	(23.056)	(7.241.500)
Lucro bruto	(2.643)		(2.643)	6.680.210	290.676	6.970.886
Resultado de equivalência patrimonial	108.972	160.117	(1) 269.089	96.036		96.036
Resultado antes do resultado financeiro e tributos	106.329	160.117	266.446	5.484.967	290.676	5.775.643
Imposto de Renda e Imposto de Renda e Contribuição Social	(10.637)		(10.637)	(2.389.499)		(2.389.499)
Resultado antes dos tributos	95.692	160.117	260.809	3.095.457	290.676	3.385.155
Demaís saldos				(1.194.251)	57.305	(1.137.146)
Lucro líquido do exercício	100.692	160.117	260.809	1.900.824	347.981	2.248.805
Controladora						
Consolidado						
31 de dezembro de 2024						
31 de dezembro de 2024						
Demonstrações de resultados abrangentes (Em milhares de Reais)						
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Lucro líquido do exercício	100.692	160.117	260.809	1.900.824	347.981	2.248.805
Itens que não poderiam ser classificados para o resultado						
ICVCS diferidos					(130.312)	(130.312)
Itens que poderiam ser classificados para o resultado						
Demaís saldos	(221.975)		(221.975)	(48.119)		(48.119)
Resultado abrangente total	(121.283)	160.117	38.834	1.852.705	217.669	2.070.374
Controladora						
Consolidado						
31 de dezembro de 2024						
31 de dezembro de 2024						
Demonstrações dos fluxos de caixa (Em milhares de Reais)						
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais	100.692	160.117	260.809	3.095.275	290.676	3.385.951
Fluxos de caixa das atividades de investimento						
Ajustes para:						
Amortização e depreciação	20		20	926.419	23.056	(1) 949.475

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2024		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapre- sentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapre- sentado
Demonstrações dos fluxos de caixa						
(Em milhares de Reais)						
Resultado na caixa de intangível, imobilizado e arrendamentos	-	-	-	-	(55.690)	(55.690)
Resultado de equivalências patrimonial	(108.972)	(160.117)	(269.089)	(96.036)	-	(96.036)
Demais saldos	6.595	-	6.595	1.842.438	-	1.842.438
	(1.265)	-	(1.265)	5.768.096	258.042	6.026.138
Variações nos ativos e passivos						
Demais saldos	(44.490)	-	(44.490)	(2.914.597)	29.075	(1.639.174)
Fluxo de caixa líquido (usado nas)						
proveniente das						
atividades operacionais	(45.755)	-	(45.755)	2.853.499	287.117	3.140.616
Fluxo de caixa líquido (usado nas)						
proveniente das atividades						
de investimento	149.573	-	149.573	(6.773.450)	(287.117)	(7.060.567)
Fluxo de caixa líquido proveniente						
das (usado nas) atividades						
de financiamento	(77.705)	-	(77.705)	5.659.085	-	5.659.085
(Resultado) Aumento líquido						
em caixa e equivalentes de caixa	26.113	-	26.113	1.739.134	-	1.739.134

(a) Excluída da eliminação do lucro não realizado em operações com partes relacionadas.

	2024	2023
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:		
Caixa	10	597
Banco conta movimento	-	182.120
Fundo Pangeia - BTG Pactual	15.622	1.684.878
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	10.491	10.525
	26.123	1.878.120

Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras da Companhia foram classificadas como equivalentes de caixa uma vez que elas são mantidas pela Companhia com a finalidade de atender os compromissos de fluxo de caixa de curto prazo, tem liquidez imediata em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de uma mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a aplicações no Fundo Pangeia, que investe em fundos de investimento multimercado de renda fixa e de crédito privado, não exclusivos, sendo que a rentabilidade desses fundos de investimento foi de 101,17% de Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de dezembro de 2024.

Modalidade	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	- 15.963	717.962	1.780.919	-
Fundo de Investimento Safira	-	-	4.704.503	2.929.613
Deposit SotGen	-	-	-	75.392
Operações Compromissadas	-	-	63.892	69.905
Fundo de Investimento Especial	-	-	-	56.229
Fundo de Investimento Premium	-	-	-	5.486
Fundo de Investimento FI BRL REF DI	-	-	1.832	2.032
Fundo de Investimento Absoluto	-	-	-	2.744
Fundo de Investimento BNB Soberano	-	-	1.573	-
Fundo de Investimento BNB Reserva	-	-	4.264	-
Fundo de Investimento Caixa Topózia	-	-	-	68
	- 15.963	5.494.026	4.926.388	-
Circulante	- 15.963	5.296.793	4.753.600	-

Na primeira metade das aplicações financeiras é de (102,79%), do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 1999, de 127,66% e em 2000 de 140,74%, das CDI em 31 de dezembro de 2003). A carteira dos fundos de investimento em renda fixa do Grupo dele tem correspondido a aplicações em outros fundos de investimento multiclassificados de crédito privado, não exclusivos. Todos os fundos são registrados junto à CVM. O montante apresentado no ativo não circulante é mantido para cumprimento de obrigações relacionadas a cláusulas contratuais que determinam, a manutenção em conta reservada, durante toda a vigência dos contratos de empréstimos e financiamentos, em saldo equivalente a, pelo menos, 3 contraprestações mensais, assim como obrigações de manter saldo suficiente para complementar depósitos de margem junto a instituições financeiras que são obrigadas a manter depósitos de swaps sob vigência. A carteira do Grupo também é avaliada, de acordo com a taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos fixos e para renda variável, na exposição de risco. Instruções de investimento

		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
0	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES:				
1	Serviços administrativos e engenharia - partes relacionadas (note nº 10)	-	-	304.646	382.151
2	Serviços de água e esgoto	-	-	1.328.955	1.317.871
3	Remuneração de terceiros	-	-	942.108	783.948
4	Receita a faturar de serviços de água e esgoto	-	-	340.264	291.802
5	(-) Perdas de créditos esperadas	-	-	(431.936)	(435.722)
				2.484.037	2.340.050
6	Circulante	-	-	1.938.102	1.848.528
7	Não circulante	-	-	575.935	491.522

Os vencimentos das contas a receber dos serviços de água e esgoto em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão assim representados:

		Consolidado						
		Saldo vencidos						
		Até De 181 a De 365 a		Mais de 365 a				
Classe de consumidor		Saldos a vencer	180 dias	365 dias	730 dias	731 dias	Total	Total em 2024
	Residencial	446.744	393.049	152.703	13.330	23.768	582.850	1.029.594
	Comercial	96.686	69.170	28.882	1.318	2.501	101.071	198.557
	Industrial	12.985	9.308	979	1	26	4.914	17.899
	Sector público	599.498	484.197	189.783	19.110	26.377	629.532	82.905
	Subtotal consumidores	599.498	484.197	189.783	21.160	26.377	729.467	1.328.955
	Renegociações (I)	835.718	51.278	27.683	23.914	3.815	106.390	942.108
		1.435.206	545.475	217.466	42.724	30.192	835.857	2.271.063
		Consolidado						
		Saldo vencidos						
		Até De 181 a De 365 a		Mais de 365 a				
Classe de consumidor		Saldos a vencer	180 dias	365 dias	730 dias	731 dias	Total	Total em 2023
	Residencial	461.191	370.483	153.389	19.763	10.838	554.473	1.015.664
	Comercial	68.124	63.381	31.638	1.542	1.254	97.815	165.939
	Industrial	9.783	3.331	949	1	1	4.281	14.064
	Sector público	47.326	27.512	32.226	29.075	22	74.978	122.200
	Subtotal consumidores	586.524	464.707	204.338	50.382	12.120	731.547	1.317.871
	Renegociações (I)	685.192	48.516	22.465	20.738	6.737	98.563	783.948
		1.271.516	513.523	226.803	71.120	18.857	830.306	2.101.819

(j) O saldo na linha de renovações em 31 de dezembro de 2024 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R\$ 271.750 calculados individualmente para cada fatura com base na taxa média de 9,91% a.a. (R\$ 186.646 e 9,09% em 31 de dezembro de 2023). Em 31 de dezembro de 2024, foram registrados no resultado do exercício o montante líquido de R\$ 85.104 ajuste a valor presente (R\$ 65.046 em 31 de dezembro de 2023). As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes tem as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

		Consolidado				
Natureza	Resultado	Saldo em 2023	Adições	Reversões	Saldo em 2024	
Privado (ii)		(256.705)	(320.566)	341.131	(236.140)	
Público		(9.616)	(22.626)	10.564	(21.678)	
Renegociações		(159.410)	(106.939)	102.422	(173.916)	
		(435.722)	(450.331)	454.117	(431.936)	
		Consolidado				
Natureza	Saldo em 2022	Aquisição de controladas	Resultado	Adições	Reversões	Saldo em 2023
Privado (ii)	(267.621)	(57.900)	(255.905)	324.721		(256.705)
Público	(10.626)	(2.050)	(11.434)	14.684		(9.616)
Renegociações	(210.164)	(86.569)	(172.329)	169.401		(159.410)
	(488.611)	(94.519)	(353.905)	466.744		(435.722)

As baixas e recuperações de títulos têm as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Natureza	Consolidado		
	Resultado		Total em 2023
	Baixas	Recuperações (iii)	
Privado (ii)	(292.187)	254.748	(37.439)
Público	(8.176)	7.897	(279)
Renegociações	(107.048)	96.339	(10.709)
	(407.411)	358.984	(48.427)
Natureza	Consolidado		
	Resultado		Total em 2023
	Baixas	Recuperações (iii)	
Privado (ii)	(302.607)	161.279	(141.328)
Público	(11.490)	7.215	(4.275)
Renegociações	(61.571)	70.430	(21.141)
	(405.668)	238.924	(166.744)

(ii) O grupo compreende as categorias residencial, comercial e industrial. (iii) Títulos anteriormente baixados para o resultado foram recuperados com ação do Grupo por meio de cobranças e acordos que resultaram em novos parcelamentos ou recebimento de caixa.

9. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS:		Consolidado	
		2024	2023
Ativo financeiro de concessão PPP (i)		1.454.773	664.013
Ativo financeiro indenizável (ii)		137.679	181.590
		1.592.452	845.603
Circulante		304.260	333.560
Não-circulante		1.288.192	512.043

(j) Este saldo refere-se à parcela das contas a receber reconhecida pelo regime de competência e adotando o método de apropriação de estágio de conclusão de obra através dos custos incorridos, que será faturado na cadência do acordo comercial estabelecido nos contratos de concessão. (ii) Refere-se à parcela a receber do poder concedente, referente ao montante esperado de ressarcimento do valor residual da infraestrutura ao final das concessões.

10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: Remuneração de pessoal-chave da administração. As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, incluindo diretores e membros do conselho, estão registradas no resultado do exercício pelo regime de competência, e incluem salários e benefícios diretos e indiretos. Em 31 de dezembro de 2024, as respectivas remunerações totalizaram um montante de R\$ 155.482 (R\$ 130.675 em 31 de dezembro de 2023) no consolidado. Em 15 de abril de 2024 foi aprovado o pagamento da Remuneração Variável de Longo Prazo, RVLPL, no montante de R\$ 55.239 no consolidado nos termos dos documentos arquivados na sede da controlada indireta Aegea Saneamento. A Companhia não tem Remuneração Variável de Longo Prazo. Outras transações com partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e

passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios finais naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrer de transações com acionistas e companhias e a eles relacionadas, companhias do mesmo grupo econômico e coligadas, e tais transações são realizadas de acordo com as condições acordadas entre as partes.

As operações efetuadas durante os exercícios são demonstradas no quadro a seguir:

	Controladora	
Ativo	2024	2023
Dividendos a receber	-	-
Equipar. Saneamento	151.884	-
	151.884	-

Contas a receber de partes relacionadas		
Germina Brasil S.A.	3.700	-
	<u>3.700</u>	<u>-</u>

		155.584	-
		Controladora	
		2024	2023
Passivo			
Dividendos a pagar			
CMT Saneamento e Participações Ltda.	12.022	65	
LIV Saneamento e Participações S.A.	12.208	251	
Saneamento 100% Fundo de Investimentos	-	2.194	
	24.230	2.510	
Contas a pagar a partes relacionadas			
Equipav Engenharia Ltda.	42.366	64.820	
CMT Engenharia e Participações Ltda.	5.177	5.177	
LIV Engenharia e Participações Ltda.	5.177	5.177	
	63.720	75.174	

	52.720	75.174
	76.950	77.684
	Consolidado	
Ativo circulante	2024	2023
Aplicações financeiras		

Itaú Unibanco S.A.	8.044	141.352
Contas a receber de partes relacionadas (f) (nota explicativa nº 8)		
Parson	7	-
Rio 1	122.063	183.282
Rio 4	182.575	198.869
	304.646	382.151
Outros créditos (a)		
Parson	40.392	6.142
Rio 1	1.137	2.573
Rio 4	2.735	2.716

Debêntures privadas (b)	2.753	2.710
Participações em outras empresas	44.264	11.431
Dividendos a receber	14.067	-

Dividendos a receber		
Parsipar	2.189	-
Ativo não circulante		
Aplicações financeiras		
Itaú Unibanco S.A.	-	8.245
Dividendos a receber		
Rio 1	182.316	182.316
Rio 4	633.908	633.908
Rio Investimento	234.070	19.002
	4.460	8.245

Contas a receber de partes relacionadas	1.050.294	635.226
Germina Brasil S.A.	3.700	-

	1.427.204	1.378.405
	Consolidado	
	2024	2023
Passivo circulante		
Debêntures (c)		
Itaú Unibanco S.A.	271.317	181.194
Dividendos a pagar		
CMT Saneamento e Participações Ltda.	12.022	316
LIV Saneamento e Participações S.A.	12.208	-
Saneamento 100% Fundo de Investimentos	-	13.446
IFIN Participações S.A.	12.202	-
Municípios do Rio Grande do Sul (e)	304	230
Parisan	374.897	149.437

</

continuação...

Companhia contratante	Encargos	Emissão	Data de emissão	Valor da emissão	Data pagamento principal	Pagamento Juros	Garantias e instrumentos financeiros contratos ("IFC")
Aegae Saneamento	PRE + 16,34%	18ª emissão	Outubro/2023	2.685.650	Janeiro/2031	Semestral da emissão	Esta operação não possui garantias e ou IFC. A Companhia com a finalidade de eliminar a exposição a taxa Pré, contratou junto aos bancos Morgan Stanley, Itaú, Citibank e XP Investimentos instrumento derivativo de Swap de taxa de juros, de tal forma a converter a exposição a taxa pré em exposição a variação do CDI, sendo seu custo ponderado final de 138,53% do CDI. Esse instrumento derivativo tem o mesmo volume, período e fluxo de caixa da dívida, de forma a proteger o instrumento durante todo o período do financiamento.
Corsan	CDI + 2,50%	5ª emissão - 1ª série	Dezembro/2023	583.728	Dezembro/2026	Semestral da emissão	Esta operação não possui garantias e ou IFC
Corsan	CDI + 2,90%	5ª emissão - 2ª série	Dezembro/2023	916.272	Dezembro/2028	Semestral da emissão	Esta operação não possui garantias e ou IFC
Governador Valadares	CDI + 2,65%	1ª Emissão	Março/2024	400.000	Março/2026	Semestral da emissão	Esta operação possui garantia fidejussória assumida pela Companhia.
Aegae Saneamento	CID + 2,75%	19ª Emissão	Junho/2024	750.000	2 parcelas: junho de 2028 e 2029	Semestral da emissão	Esta operação não possui garantias e ou IFC
Aegae Saneamento	PRE + 16,61%	20ª Emissão	Julho/2024	1.669.010	Janeiro/2031	Semestral da emissão	Esta operação não possui garantias e ou IFC. A Companhia com a finalidade de eliminar a exposição a taxa Pré, contratou junto aos bancos Morgan Stanley, Itaú, Citibank e XP Investimento instrumento derivativo de Swap de taxa de juros, de tal forma a converter a exposição a taxa pré em exposição a variação do CDI, sendo seu custo ponderado final de 134,35% do CDI. Esse instrumento derivativo tem o mesmo volume, período e fluxo de caixa da dívida, de forma a proteger o instrumento durante todo o período do financiamento.
MS Pantanal	CDI + 2,40%	2ª Emissão	Junho/24	350.000	Junho/2026	Semestral da emissão	Esta operação possui garantia fidejussória assumida pela Companhia.
Guariroba	CDI + 0,95%	6ª Emissão	Agosto/24	437.500	Agosto/ 2029	Semestral da emissão	Esta operação não possui garantias e ou IFC
Metrosul	CDI + 2,30%	1ª Emissão	Agosto/24	300.000	Agosto/ 2026	Semestral da emissão	Esta operação possui garantia fidejussória assumida pela Companhia.
Corsan	IPCA + 6,98%	6ª Emissão 1ª Série	Setembro/24	709.174	3 parcelas: setembro de 2032, 2033 e 2034	Semestral da emissão	Esta operação não possui garantias e ou IFC. A Controlada Corsan com a finalidade de reduzir o custo total da operação, contratou junto a BR Partners, Bradesco e XP Investimento instrumento derivativo de Swap de taxa de juros, sendo seu custo ponderado final de CDI + 0,70%. Esse instrumento derivativo tem o mesmo volume, período e fluxo de caixa da dívida, de forma a proteger o instrumento durante todo o período do financiamento.
Corsan	IPCA + 7,42%	6ª Emissão 2ª Série	Setembro/24	790.826	3 parcelas: setembro de 2037, 2038 e 2039	Semestral da emissão	Esta operação não possui garantias e ou IFC. A Controlada Corsan com a finalidade de reduzir o custo total da operação, contratou junto a BR Partners, Banco Santander e XP Investimento instrumento derivativo de Swap de taxa de juros, sendo seu custo ponderado final de CDI + 1,04%. Esse instrumento derivativo tem o mesmo volume, período e fluxo de caixa da dívida, de forma a proteger o instrumento durante todo o período do financiamento.
Bombinhas	CDI + 1,95%	2ª Emissão	Outubro/24	165.000	Outubro/2026	Semestral da emissão	Esta operação possui garantia fidejussória assumida pela Companhia
Camboriú	CDI + 1,95%	3ª Emissão	Outubro/24	153.000	Outubro/2026	Semestral da emissão	Esta operação possui garantia fidejussória assumida pela Companhia
Penha	CDI + 1,95%	3ª Emissão	Outubro/24	107.000	Outubro/2026	Semestral da emissão	Esta operação possui garantia fidejussória assumida pela Companhia.
São Francisco do Sul	CDI + 1,95%	3ª Emissão	Outubro/24	175.000	Outubro/2026	Semestral da emissão	Esta operação possui garantia fidejussória assumida pela Companhia
Palhoça	CDI + 1,90%	1ª Emissão	Novembro/24	120.000	Maiço/2027	Semestral da emissão	Esta operação possui garantia fidejussória assumida pela Companhia.

Em junho de 2024, a controlada indireta Prolagos liquidou a 4ª Emissão de Debêntures. Em junho de 2024, a controlada MS Pantanal liquidou a 1ª Emissão de Debêntures. Em julho de 2024, a controlada indireta Manaus liquidou a 5ª Emissão de Debêntures. Em agosto de 2024, a controlada indireta Guariroba liquidou antecipadamente a 5ª Emissão de Debêntures. Em outubro de 2024, a controlada indireta Manaus liquidou antecipadamente a 6ª emissão de debêntures. Em setembro de 2024, a controlada Manaus Ambiental contratou recursos financeiros junto ao Banco Inter-American Investment Corporation (IDB Invest*), conforme demonstrado a seguir: b) Loan IDB Invest: A controlada indireta da Companhia contratou recursos financeiros junto ao Banco Inter-American Investment Corporation (IDB Invest*), conforme demonstrado a seguir:

Companhia contratante	Valor contratado (R\$)	Encargos	Data de desembolso	Valor desembolsado	Data pagamento principal	Pagamento Juros	Garantias e instrumentos financeiros contratos ("IFC")
Manaus	750.000	CDI + 2,10%	Outubro/24	400.000	Semestral: A partir de junho de 2026	Semestral da emissão	As garantias relacionadas a tal operação são: (i) Garantia Fidejussória assumida pela Companhia, e (ii) Conta Reserva.

c) Loan Proparco: Em dezembro de 2014 as controladas indiretas da Companhia contrataram uma linha de crédito com a Societe de Promotion Et De Participation Pour La Cooperation Economique S.A. (PROPARCO), totalmente desembolsados e em fase de amortização, conforme demonstrado a seguir:

Companhia contratante	Valor contratado (US)	Taxa na contratação (R\$)	Data de desembolso	Valor desembolsado	Garantias e instrumentos financeiros contratos ("IFC")
Guariroba	8.000	R\$ 3,48	junho/16	27.814	As garantias relacionadas a tal operação são: garantia fidejussória assumida pela controlada da Companhia e 4 notas promissórias que, em sua totalidade, correspondem à 110% do valor de principal em aberto do empréstimo. Com a finalidade de eliminar a exposição cambial, as controladas contrataram junto ao Banco Santander instrumento derivativo de Cross Currency Swap, sendo seu custo final de CDI + 2,70% a.a. Esse instrumento derivativo tem o mesmo período e fluxo de caixa da dívida, de forma a proteger o instrumento das variações cambiais durante todo o período do financiamento.
Matão	14.000	R\$ 3,27	junho/16	45.836	As garantias relacionadas a tal operação são: (i) garantia fidejussória assumida pela controlada da Companhia; (ii) penhor de conta corrente onde transitam os recebíveis; (iii) penhor de 100% das ações detidas pela Companhia; e (iv) 4 notas promissórias que, em sua totalidade, correspondem à 110% do valor de principal em aberto do empréstimo. Com a finalidade de eliminar a exposição cambial, as controladas contrataram junto ao Banco Santander instrumento derivativo de Cross Currency Swap, sendo seu custo final de CDI + 2,70% a.a. Esse instrumento derivativo tem o mesmo período e fluxo de caixa da dívida, de forma a proteger o instrumento das variações cambiais durante todo o período do financiamento.
São Francisco	10.000	R\$ 3,48	junho/16	34.769	As garantias relacionadas a tal operação são: (i) garantia fidejussória assumida pela controlada da Companhia; (ii) penhor de conta corrente onde transitam os recebíveis; (iii) penhor de 100% das ações detidas pela Companhia; e (iv) 4 notas promissórias que, em sua totalidade, correspondem à 110% do valor de principal em aberto do empréstimo. Com a finalidade de eliminar a exposição cambial, as controladas contrataram junto ao Banco Santander instrumento derivativo de Cross Currency Swap, sendo seu custo final de CDI + 2,70% a.a. Esse instrumento derivativo tem o mesmo período e fluxo de caixa da dívida, de forma a proteger o instrumento das variações cambiais durante todo o período do financiamento.
Barra do Garças	8.000	R\$ 3,48	junho/16	27.814	As garantias relacionadas a tal operação são: (i) garantia fidejussória assumida pela controlada da Companhia; (ii) penhor de conta corrente onde transitam os recebíveis; (iii) penhor de 100% das ações detidas pela Companhia; e (iv) 4 notas promissórias que, em sua totalidade, correspondem à 110% do valor de principal em aberto do empréstimo. Com a finalidade de eliminar a exposição cambial, as controladas contrataram junto ao Banco Santander instrumento derivativo de Cross Currency Swap, sendo seu custo final de CDI + 2,70% a.a. Esse instrumento derivativo tem o mesmo período e fluxo de caixa da dívida, de forma a proteger o instrumento das variações cambiais durante todo o período do financiamento.

As amortizações são pagas semestralmente, tendo seu vencimento final em dezembro de 2026.

d) Projetos BNDES: As controladas indiretas da Companhia celebraram contrato de financiamento de longo prazo para fazer frente aos seus programas de investimentos, conforme descrito a seguir:

Companhia contratante	Data de contratação	Valor nominal total	Valor Desembolsado	Vencimentos	Garantias e instrumentos financeiros contratos ("IFC")
Manaus	Novembro/2014	169.777	169.777	Entre junho de 2026 e junho de 2029	(i) garantia fidejussória assumida pela Companhia; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e direitos emergentes da Manaus Ambiental; (iii) conta reserva; e (iv) penhor das ações da Manaus Ambiental detidas pelas acionistas.
Prolagos	Junho/2013 a novembro/2015	302.969	292.992	Entre novembro de 2025 e novembro de 2035	(i) garantia fidejussória assumida pela controlada da Companhia; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e direitos emergentes da Prolagos limitados ao valor mensal de R\$ 6.272; (iii) conta reserva; e (iv) penhor de 24% das ações da Prolagos detidas pelas acionistas.
Serra	Novembro/2018	230.132	154.833	Entre julho de 2021 e dezembro de 2037	(i) garantia fidejussória assumida pela Companhia e Aegae Desenvolvimento; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes de Serra limitados ao valor mensal de R\$ 4.000 após carência; (iii) conta reserva; e (iv) penhor de 100% das ações de Serra detidas pelas acionistas.
São Francisco do sul	Fevereiro/2019	67.064	63.299	Entre março de 2022 e fevereiro de 2039	(i) garantia fidejussória assumida pela Companhia; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e os direitos emergentes de São Francisco do Sul limitados ao valor mensal de R\$ 1.100 após carência; e (iii) conta reserva.
Manaus	Junho/2020	77.060	76.590	Entre agosto de 2022 e julho de 2040	(i) garantia fidejussória assumida pela Companhia; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e direitos emergentes da Manaus Ambiental; (iii) conta reserva; e (iv) penhor das ações da Manaus Ambiental detidas pelas acionistas.
Corsan	Outubro/2018	505.277	373.636	Entre janeiro de 2027 e agosto de 2038	(i) cessão fiduciária parcial dos direitos creditórios e dos direitos emergentes de Corsan.
Corsan	Novembro/2024	400.000	400.000	Entre outubro de 2024 e setembro 2029	(i) cessão fiduciária dos direitos creditórios e outras avanços de Corsan

Os financiamentos são amortizados em parcelas mensais até o vencimento final dos contratos.

e) Projetos CEF ("Caixa Econômica Federal"): As controladas indiretas da Companhia celebraram contrato de financiamento de longo prazo para fazer frente aos seus programas de investimentos, conforme descrito a seguir:

Companhia contratante	Data de contratação	Valor nominal total	Valor Desembolsado	Vencimentos	Garantias e instrumentos financeiros contratos ("IFC")
Mirante	Fevereiro/2015	195.568	195.568	Entre abril de 2019 e fevereiro de 2039	As garantias de tal operação são: (i) alienação fiduciária das ações de Mirante detidas pela Companhia; (ii) vinculação da receita e cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão de Mirante; (iii) notas promissórias no valor do contrato; (iv) conta reserva; e (v) garantia fidejussória assumida pela Companhia.
Corsan	Agosto/2007 à Junho/2014	490.247	316.544	Entre abril de 2028 e junho de 2038	As garantias de tal operação são: (i) Cessão Fiduciária dos Direitos creditórios de Corsan; (ii) Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes de Corsan; e (iii) conta reserva.

Os financiamentos são amortizados em parcelas mensais até o vencimento final dos contratos.

Em fevereiro de 2024, a controlada Corsan liquidou antecipadamente parte dessa operação.

Em dezembro de 2024, a controlada Sinop liquidou antecipadamente sua operação.

Em dezembro de 2024, controlada indireta Confresa liquidou antecipadamente sua operação.

f) Bonds: Em maio de 2022, a controlada indireta Aegae Finance concluiu a 2ª Emissão de Bonds no valor total de US\$ 500.000, equivalente, na data de liquidação, a R\$ 2.502.550 com vencimento em maio de 2029 e taxa de juros de 6,75% a.a., pagos semestralmente. Essa operação conta com o AVAL da controlada da Companhia. Com a finalidade de eliminar a exposição cambial, a controlada indireta Aegae Finance contratou junto ao Banco Goldman Sachs, Morgan Stanley e Itaú instrumentos derivativos de Cross Currency Swap, de tal forma a converter a variação cambial - 6,75% a.a., para uma taxa de juros pré-fixada em reais, sendo seu custo ponderado final de 16,76%. Os instrumentos derivativos têm o mesmo montante, período e fluxo de caixa da dívida, de forma a proteger o instrumento das variações cambiais integralmente durante todo o período do financiamento. Em outubro de 2023, a controlada indireta Aegae Finance concluiu a 3ª Emissão de Bonds no valor total de US\$ 500.000, equivalente, na data de liquidação, a R\$ 2.585.650 com vencimento em janeiro de 2031 e taxa de juros de 9,00% a.a., pagos semestralmente. Essa operação conta com o AVAL da controlada da Companhia. Com a finalidade de eliminar a exposição cambial, a controlada indireta Aegae Finance contratou junto ao Banco Morgan Stanley, Itaú, BTG Pactual e Bradesco instrumentos derivativos de Cross Currency Swap, de tal forma a converter a variação cambial - 9,00% a.a., para uma taxa de juros pré-fixada em reais, sendo seu custo ponderado final de 16,62%. Os instrumentos derivativos têm o mesmo montante, período e fluxo de caixa da dívida, de forma a proteger o instrumento das variações cambiais integralmente durante todo o período do financiamento. Em junho de 2024, a controlada indireta Aegae Finance concluiu o 1º Retap da 2ª Emissão no valor total de US\$ 300.000, equivalente, na data de liquidação, a R\$ 1.628.700 com vencimento em janeiro de 2031 e taxa de juros de 9,00% a.a., pagos semestralmente. Essa operação conta com o AVAL da controlada da Companhia. Com a finalidade de eliminar a exposição cambial, a controlada indireta Aegae Finance contratou junto ao Banco Morgan Stanley, Itaú e XP Investimentos instrumentos derivativos de Cross Currency Swap, de tal forma a converter a variação cambial - 9,00% a.a., para uma taxa de juros pré-fixada em reais, sendo seu custo ponderado final de 16,62%. Os instrumentos derivativos têm o mesmo montante, período e fluxo de caixa da dívida, de forma a proteger o instrumento das variações cambiais integralmente durante todo o período do financiamento. g) Notas Promissórias Comerciais: As controladas indiretas da Companhia emitiram notas promissórias comerciais da espécie quinquenal, conforme demonstrado a seguir:

	Emissão	Data de emissão	Valor nominal total	Valor Desembolsado	Pagamento Principal e Juros
Ceará 1	1ª emissão	Dezembro/2023	100.000	100.000	Dezembro de 2024
Ceará 2	1ª emissão	Dezembro/2023	50.000	50.000	Dezembro de 2024

Em dezembro de 2024, as controladas Ceará 1 e Ceará 2 liquidaram a 1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais.

h) Projeto BNB ("Banco do Nordeste do Brasil S.A.")

	Data de contratação	Valor nominal total	Valor Desembolsado	Vencimentos
Timon (i)	Agosto/2018	73.718	73.718	Entre outubro de 2022 e setembro de 2038
Ceará 1 (i)	Novembro/2023	556.959	198.974	Entre janeiro de 2028 e dezembro de 2047

(i) As garantias de tais operações são: (i) garantia fidejussória assumida pela Companhia; (ii) fundo de liquidez; e (iii) Fiança Bancária. (i) Capital de Giro: Em dezembro de 2024, a controlada indireta Ambiental Ceará 2 assinou contrato com o Banco do Nordeste do Brasil - BNB destinado a Capital de Giro, no valor nominal total de R\$ 300.000, dos quais R\$ 150.000 foram desembolsados. O financiamento tem vencimento em dezembro de 2025 e taxa de juros de 2,18% a.a., pagos na data de vencimento. Essa operação conta com garantia fidejussória assumida pela Companhia. As controladas indiretas realizam o acompanhamento das obrigações contratuais e todas as cláusulas restritivas referentes aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão sendo cumpridas integralmente pelo Grupo.

16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS:

	Controladora	Consolidado
Participação nos lucros	-	168.808
Provisão de férias	-	94.604
Encargos sociais	16	15
Indenizações (i)	-	311.699
Salários a pagar	-	19.010
Provisão de 13º salário	-	1.131
	16	374.551

(i) Provisão estimada em virtude de cláusula prevista em acordo coletivo ("ACT") da controlada indireta Corsan referente a indenização compensatória para funcionários que pediram para ter seu vínculo empregatício encerrado antes do término da estabilidade de 18 meses, sendo a provisão equivalente ao período de estabilidade não trabalhado, conforme prevê o ACT. O processo de indenização foi concluído em dezembro de 2024, conforme previsto no acordo.

17. OUTRAS CONTAS A PAGAR:

	Controladora	Consolidado
2024	2023	2023
Direito de outorga a pagar (i)	-	771.792
Provisão de fundo social a pagar	-	1.393
Adiantamentos de clientes	-	30.689
Arrendamentos (i)	-	1.293.980
Contratos de repasse (iii)	-	131.038
P.E.D Funconar (iv)	-	381.921
Compromissos assumidos	-	379.826
Outras contas a pagar	-	13.319
	-	3.012.937
Circulante	-	578.121
Não circulante	-	2.434.816

(i) O montante a pagar pela controlada indireta Guariroba é de R\$ 11.262 em 31 de dezembro de 2024 e é assim apresentado: (a) R\$ 0 (R\$ 923 em 31 de dezembro de 2023) devido ao município de Campo Grande - MS e (b) R\$ 11.262 (R\$ 12.197 em 31 de dezembro de 2023) devido ao Estado do Mato Grosso do Sul que será pago em parcelas mensais até outubro de 2030 sendo corrigidas anualmente pelo mesmo índice de correção da tarifa. Os contratos entre a controlada indireta Corsan e os municípios estão sendo aditados com a postergação do prazo de concessão para 2062. Em 31 de dezembro de 2024 já foram aditados 280 contratos. Em decorrência do aditamento, foram reconhecidos o montante de outorga a pagar. O montante a pagar pela controlada indireta Corsan é de R\$ 151.178 (R\$ 39.984 em 31 de dezembro de 2023) e é devido aos municípios do Rio Grande do Sul - RS com vencimentos até dezembro de 2054. O montante a pagar pela controlada indireta Palhoça em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 178.500 devido ao município de Palhoça - SC que será pago em parcelas anuais a partir de dezembro de 2027, sendo corrigidas anualmente pelo mesmo índice de correção da tarifa. O montante a pagar pela controlada indireta Palhoça em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 146.608 devido ao município de Palhoça - SC que será pago em parcelas anuais até dezembro de 2027, sendo corrigidas anualmente pelo mesmo índice de correção da tarifa. O montante está líquido do ajuste a valor presente no montante de R\$ 31.892 calculados com base na taxa média de 10,05%.

(ii) O Grupo possui contratos de arrendamentos relacionados a veículos, máquinas e equipamentos, móveis e placas de energia. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a movimentação dos passivos de arrendamentos está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
2024	2023	2023
Saldo inicial	-	503.414
Aquisição de controladas	-	12.029
Códigos	-	1.423.652
Arrendamento de juros	-	82.175
Pagamentos	-	(305.674)
Baixa	-	(409.587)
	-	1.293.980
Circulante	-	247.277
Não circulante	-	1.046.703

O cálculo do valor presente em 31 de dezembro de 2024 foi efetuado considerando-se uma taxa de juros nominal de 10,61% a.a. (11,89% a.a. em 31 de dezembro de 2023). As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos semelhantes. Cronograma: As parcelas classificadas no passivo não circulante no exercício final em 31 de dezembro de 2024 têm o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora	Consolidado
2026	-	226.920
2028 em diante	-	123.966
	-	695.809
	-	1.046.703

trabalho, realizadas na ETE do Jardim Esperança nos dias 05/05/2021 e 13/07/2021, e na ETE Praia do Siqueira nos dias 13/07/2021 e 21/07/2021. O valor estimado da demanda judicial em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 1.500 (R\$ 1.500 em 31 de dezembro de 2023). As demais controladas diretas e indiretas da Companhia possuem processos ambientais passíveis no valor de R\$ 3.581 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 2.027 em 31 de dezembro de 2023) e não há processo individualmente significativo. **DEPÓSITOS JUDICIAIS:** A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais que totalizam um montante de R\$ 391.449 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 479.122 em 31 de dezembro de 2023). Os principais depósitos estão demonstrados abaixo: A controlada indireta Prolagos realizou depósitos judiciais no montante de R\$ 29.404, atualizados até 31 de dezembro de 2024 (R\$ 19.915 em 31 de dezembro de 2023) e em ações judiciais questionando a incidência de ICMS sobre as tarifas de uso do sistema de distribuição e transmissão, TUSD e TUST (energia elétrica). A controlada indireta Prolagos recebeu em março de 2023 a decisão favorável do processo 0232695-30.2014.8.19.0001 em ações judiciais questionando o alíquota de 25% de ICMS sobre serviços essenciais (energia elétrica e telecomunicações), pleiteando a sua redução a 18%. Conforme requerido foi executado o levantamento dos depósitos judiciais realizados, sendo o montante de R\$ 13.206 restituído a Companhia. A controlada indireta Corsan realizou depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 316.814 (R\$ 422.553 em 31 de dezembro de 2023) e não há depósitos judiciais individualmente significativo. **19. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO:** O grupo possui saldo referente a provisão para benefício pós-emprego. A contabilização foi realizada com base em laudo técnico preparado por atuário externo da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está assim apresentado:

	Consolidado
2024	2023
Plano de benefício definido	158.907
Plano de assistência - Saúde	38.069
Incentivo à demissão voluntária	298.758
	256.976

A evolução do valor presente das obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2024 está assim apresentada:

	Plano de benefício definido	Sistema de assistência - Saúde	Incentivo à demissão voluntária
2024	2023	2023	2023
Valor das obrigações atuariais no início do ano	2.916.822	141.852	9.296
Juros sobre obrigação atuarial	264.826	13.164	6
Custo do serviço corrente, líquido	31.078	-	-
Contribuições dos participantes	43.145	-	-
Benefícios pagos no ano	(364.445)	(13.892)	(128)
Ganhos (Perdas) atuariais	(449.669)	(42.965)	(178)
Obrigação total no exercício	2.441.765	98.069	-
Valor justo dos ativos no início do ano	(2.060.579)	-	-
Benefícios pagos durante o exercício	364.446	-	-
Contribuições de participantes	(43.145)	-	-
Contribuições de empregador	(81.538)	-	-
Rendimento esperado dos ativos no ano	(189.654)	-	-
Ganhos (Perdas) atuariais	109.531	-	-
Valor justo dos ativos no exercício	(1.900.936)	-	-
Deficit atuarial	540.829	98.069	-
Passivo reconhecido no final do exercício	540.829 (i)	-	-

(i) O saldo do passivo a ser reconhecido referente ao Plano de benefício definido é composto também pelo saldo do Plano de benefício definido no montante de R\$ 381.921 (nota explicativa nº 17). A partir da privatização da controlada indireta Corsan, em junho/23, o passivo passou a ser reconhecido com a adoção do Risk Sharing. A provisão de benefício pós-emprego tem a seguinte movimentação em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Saldo em 2023	Efeito de resultado	Ganhos reconhecidos em patrimônio líquido	Saldo em 2024
Plano de benefício definido	480.428	18.608	(340.129)	158.907
Sistema de assistência - Saúde	141.852	(818)	(42.965)	98.069
Incentivo à demissão voluntária	-	17.670	(383.272)	256.976

Aquisição de controlada **Efeito de resultado** **(Ganhos) Perdas reconhecidos em patrimônio líquido** **Efeito do PED Saldo em 2023**

Plano de benefício definido	888.287	3.692	(35.791)	(375.760)	480.428
Sistema de assistência - Saúde	218.724	(118.921)	42.049	-	141.852
Incentivo à demissão voluntária	634	(315)	-	-	298
	1.107.645	(115.544)	6.047	(375.760)	622.578

Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das provisões: Foi adotado o método de unidade de crédito provisionado para calcular as obrigações atuariais, de acordo com premissas abaixo indicadas:

	Plano de benefício definido	Sistema de assistência - Saúde
2024	2024	2024
Pressuposto geral	7,19%	7,25%
Taxa real de desconto atuarial	7,19%	7,25%
Retorno real esperado sobre os ativos	7,19%	7,25%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	2,85%	N/A
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento	0,00%	0,00%
Health Care Cost Trend Rate (HCCTR)	N/A	4,10%
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,00%	N/A
Fator de capacidade sobre os salários	98,00%	N/A
Inflação esperada	4,66%	4,10%
Taxa de desconto nominal	12,51%	12,57%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	12,51%	12,57%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	7,95%	N/A
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	4,96%	9,26%

Demográficas **Plano de benefício definido** **Sistema de assistência - Saúde**

2024	2023	2023
Mortalidade geral	AT-1983 M&F (IAM)	AT-1983 M&F (IAM)
Mortalidade de inválidos	MI-2006 (M&F)	MI-2006 (M&F)
Entrada em invalidez	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS (A20%)
Taxa anual de rotatividade	Nula	Nula
Composição familiar	Nula	Família Real
Agny Factor	Não aplicável	Conforme histórico do Plano de Saúde

Análise de sensibilidade das premissas significativas:

Pressuposto Plano **Plano de benefício definido** **Sistema de assistência - Saúde**

2024	2024	2024
Aumento de 1%	(8,00%)	(8,80%)
Redução de 1%	9,38%	10,31%
Expectativa de vida	1,85%	4,22%
Aumento de 1 ano	(1,89%)	(4,15%)
Crescimento Real de Salários	0,79%	-
Aumento de 1%	(0,71%)	-
HCCTR	-	-
Redução de 1%	-	10,54%
Retorno de 1%	-	(9,12%)

20. Patrimônio líquido: **Capital Social:** Em 31 de dezembro de 2024, o capital social integralizado é de R\$ 1.465.358 (R\$ 575.584 em 31 de dezembro de 2023). Os acionistas, as quantidades de ações e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados no exercício:

	2024	%
Sócios</		

continuação...		Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)	
Controladas	Investimento contratual (a)	Metas específicas	Obrigações contratuais
Manaus	3.307.651	As metas de atendimento global, deverão atingir os seguintes índices: (i) cobertura do serviço de água deverá atingir 98% até 2045, 99% até 2033; (ii) cobertura do serviço de esgoto deverá atingir 90% até 2033.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 1% do faturamento mensal.
Cariacica	829.550	As metas de atendimento do esgotamento sanitário deverão atingir os seguintes índices: (i) 62% em 2024, 66% em 2025, 71% em 2026, 76% em 2027, 81% em 2028, 86% em 2029, 90% em 2030, 95% em 2031 e deverá ser mantido até o final da concessão.	-
Metrosul	6.928.254	Attingir níveis de atendimento dos serviços prestados de esgotamento sanitário de 36,06% a 87,30% da população entre 2021 e 2055, de acordo com cada município.	-
Crato	324.387	As metas de atendimento do esgotamento sanitário deverão atingir os seguintes índices: (i) cobertura do serviço de esgoto deverá atingir 90% até 2033.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 1,5% da arrecadação.
MS Pantanal	1.026.350	Attingir níveis de atendimento de coleta e tratamento de esgoto, nas áreas urbanas dos municípios da área de concessão: (i) a partir de 2031 até o final da concessão em 2050, 98% de coleta e tratamento de esgoto.	-
Ceará 1	1.925.476	As metas de atendimento global, deverão atingir os seguintes índices: Coleta de esgoto: 90% até 2033 e 95% até 2040.	-
Ceará 2	1.637.038	As metas de atendimento global, deverão atingir os seguintes índices: Coleta de esgoto: 90% até 2033 e 95% até 2040.	-
Carií	1.388.859	As metas de atendimento global, deverão atingir os seguintes índices: até o final do 1º ano a concessionária deverá implantar as Estações de Transferência de Resíduos (ETRs); até o final do 2º ano a concessionária deverá implantar 09 galpões de triagem manual de material reciclável; até o final do 4º da concessão a concessionária deverá implantar a Unidade de Tratamento Mecânico de resíduos sólidos urbanos, o aterro e as unidades de tratamento de resíduos orgânicos nas CMRs; garantir uma redução, mínima, de 80% de resíduos sólidos orgânicos dispostos no aterro a partir do 5º (quinto) ano até o final da concessão em relação aos resíduos verdes provenientes da limpeza urbana e resíduos provenientes de feiras livres encaminhados; garantir uma redução, mínima, de 3% de resíduos sólidos orgânicos dispostos no aterro do 15º ao 19º ano de concessão, de 7% do 20º ao 24º ano de concessão, e de 11,5% a partir do 25º ano até o final da concessão em relação aos resíduos sólidos urbanos encaminhados à CTR; garantir uma redução de, no mínimo, 10% de resíduos recicláveis secos dispostos no aterro a partir do 5º ano até o final da concessão, em relação aos resíduos sólidos urbanos encaminhados à CTR; comprovar a captação de gases para queima, geração de energia elétrica e/ou produção de biometano de, pelo menos: (i) 25% dos gases gerados no aterro até o 5º ano de concessão; (ii) 30% do 6º ao 10º ano; (iii) 40% do 11º até o 15º ano; (iv) de 50% do 16º até o 20º ano (v); e de 55% 21º ano até o final da concessão.	-
		As metas de atendimento de esgotamento sanitário deverão atingir os seguintes índices: 70% em 2024, 74% em 2025, 76% em 2026, 77% em 2027, 79% em 2028 e 2029, 84% em 2030 a 2032, 91% em 2033 a 2036, 90% em 2037 e deverá ser mantido até o final da concessão.	-
Governador Valadares	1.308.923	As metas de atendimento global deverão atingir os seguintes índices: (i) Índice de atendimento de água: 99% até 2027 e 100% até 2028; (ii) Índice de perdas de água: redução de 2,5% ao ano, partindo de 47,5% em 2025 para 25% até 2034; (iii) Índice de coleta de esgoto: incremento anual de 1%, de 95% em 2025 para 100% até 2030; (iv) Índice de tratamento de esgoto: incremento de 10% ao ano, partindo de 10% em 2025 para 100% até 2034. (v) Índice de eficiência energética: incremento anual de 0,50% ao ano, partindo de 0,50% em 2025 até 5,00% em 2034. Indicador Atual é de 0,65 kWh/m³ e as porcentagens apresentadas indicam a redução do consumo em relação a este valor. As metas serão mantidas constantes até o término da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação com valor apurado pela quantidade de ligações totais, conforme dados fornecidos pelo prestador, multiplicado pelo valor de referência aplicado por ligação. Compromisso mensal de pagamento da Outorga Variável.
Jaru	43.460	As metas de atendimento de universalização de água deverão atingir os seguintes índices: 85% em 2025, 89% em 2026, 90% em 2027, 91% em 2028, 94% em 2029, 97% em 2030, 99% em 2031, 100% em 2032 e deverá ser mantido até o final da concessão. As metas de atendimento de esgotamento sanitário deverão atingir os seguintes índices: 30% em 2020, 50% em 2023, 70% em 2031, 85% em 2032, 95% em 2033 e a deverá ser mantido até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação e fundo meio ambiente, em valores de 1% e 1% respectivamente do faturamento mensal de acordo com o município.
Palhoça	1.930.785	(i) Metas de Cobertura de Água: Central, 93,4% em 2025, e 100% a partir de 2026 até o final do contrato. Pinheira, 30% em 2025 e 2026, ampliando em 10% por ano até atingir 90% em 2032, 90% em 2033 e 100% em 2034 até o final do contrato. Praia de Fora, 85% de 2025 até 2028 e 100% de 2029 até final do contrato. Enseada de Brito, 0% em 2025 e 2026, 50% em 2027 e 2028, e 100% em 2029 até final do contrato; (ii) Metas de Tratamento de Esgoto: Norte (Central, Praia de Fora e Enseada de Brito), 10% em 2025 com aumento de 5% ao ano até atingir 35% em 2030, 70% em 2031 e 2032, 90% de 2033 a 2048, 100% de 2049 até final do contrato. Sul (bairros Passagem, Praia do Sonho, Ponta do Papagaio, Pinheira, Guarda do Embau e Morreles), 0% em 2025, 10% em 2026, aumento de 5% ao ano até atingir 40% em 2032, 50% em 2033, 90% de 2034 a 2042, e 100% de 2043 até o final do contrato. OBS: Devido a uma Ação Civil Pública, o distrito Guardo do Embau deverá ter 100% de esgoto tratado no ano de 2023 (CONCESSÃO) (ou seja, até novembro de 2026); (iii) Metas de Perdas de Água: Central, 50% em 2025, com redução de 2,8% ao ano, até atingir 25% em 2034 e até o final do contrato. Pinheira, 29% em 2025 e 2028, 28% em 2029 a 2031, 27% em 2032 e 2033, e 25% em 2034 e até o final do contrato. Praia de Fora, 50% em 2025, com redução de 2,8% ao ano, até atingir 25% em 2034 e até o final do contrato. Enseada de Brito, sem metas para 2025 e 2026, e 25% de 2027 até final do contrato;	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação R\$ 0,10 centavos por habitantes.
		Os índices de perdas que os municípios deverão atingir até 2033 são de 6% a 30%.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 0,6% a 2,0% do faturamento mensal de acordo com o município.

(a) Valores históricos e referenciais para o cumprimento dos metas contratuais do plano executivo de investimentos conforme os contratos de concessão e seus aditivos. (b) Refere-se às controladas indiretas Barra do Garças, Campo Verde, Carlinda, Cláudia, Jangada, Jauru, Marcelândia, Nortelândia, Pedra Preta, Primavera, Pocranê, Santa Carmem, São José, Sorriso, União do Sul e Vera. (c) Refere-se às controladas Diamantino e Confresa. A controlada indireta Aegea Saneamento e garantidora de outros compromissos financeiros assumidos por suas controladas, coligadas e outras partes relacionadas no montante total de R\$ 548.699.

28. ASPECTOS AMBIENTAIS: O Grupo considera que suas instalações e atividades estão sujeitas a regulamentações ambientais. O Grupo busca minimizar os riscos associados com assuntos ambientais, através de procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. O Grupo acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES: **Contabilidade:** Em 04 de fevereiro de 2025, em Reunião de Conselho de Administração (RCA), foi deliberado pela Companhia a distribuição de dividendos intermediários à conta de reserva de lucros, o montante de R\$ 159.522, a ser pago ao longo do ano de 2025. **Consolidação:** Em 29 de janeiro de 2025, a controlada direta Equipav Saneamento distribuiu dividendos intercalares no montante bruto de R\$ 75.000 à acionista Arcos Saneamento e Participações S.A. Em 31 de janeiro de 2025, através de Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) da 6ª emissão de debêntures, a controlada direta Equipav Saneamento obteve concessão de renúncia prévia (waiver) em relação ao nível máximo de dívida bruta total, a partir da data da AGD e até 31 de dezembro de 2031, alinhando-se à 7ª emissão de debêntures, que não estabelece nível máximo de dívida bruta total. Em 24 de março de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária da Aegea Saneamento, a controlada direta Equipav Saneamento e demais acionistas aprovaram aumento de capital da controlada Aegea Saneamento no valor de R\$ 424.200. Como resultado, a controlada direta Equipav Saneamento aportou o total de R\$ 300.000 na Aegea Saneamento, mantendo inalterada sua participação no capital votante da Aegea Saneamento (70,72% das ações ordinárias) após a operação. Em 1º de julho de 2025, a Companhia distribuiu dividendos intercalares no montante de R\$ 20.000 à acionista Arcos Saneamento e Participações S.A. Em janeiro de 2025, a controlada indireta Piauí realizou a captação da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirográfrica, com garantia fiduciária adicional, para distribuição pública, sob rito de registro automático, no montante total de R\$ 650.000, com vencimento em Junho de 2027 e taxa de juros de 1,90% a.a., pagos semestralmente. Em janeiro de 2025, a controlada indireta Corsan realizou o desembolso parcial de R\$ 16, referente ao empréstimo de longo prazo contratado junto à Caixa Econômica Federal - CEF, no montante total de R\$ 430.247, dos quais R\$ 332.790 já foram desembolsados. Em janeiro de 2025, a controlada indireta Ceará 2 recebeu parcialmente o montante de R\$ 100.000, referente aos recursos financeiros contratados junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, que integram o valor total de R\$ 300.000 dos quais R\$ 250.000 foram desembolsados. Em fevereiro de 2025, a controlada indireta Aegea liquidou a 4ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 162.368, conforme cronograma de amortização. Em fevereiro de 2025, a controlada indireta Aegea aumentou o capital social da sua coligada Rio Investimentos no montante de R\$ 403.000, mediante emissão de 26.388.757 novas ações ordinárias e 28.479.080 novas ações preferenciais classe B, todas nominativas e sem valor nominal, integralizadas via capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital, dos quais R\$ 1.000 foram enviados à coligada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 402.000, foram enviados à coligada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Em março de 2025, a controlada indireta Aegea Finance concluiu o financiamento no valor total de até US\$ 480.000.000 equivalente, na data de liquidação, a R\$ 2.785.016 o qual será indicado no Credit Agreement com taxa de juros limitada à SOFR acrescida de sobre taxa de 3,40% a.a. e com prazo de vencimento de 5 anos. Em março de 2025, correu uma reestruturação societária na controlada Parsan, que incluiu o resgate e cancelamento de ações preferenciais classe A, assim como a criação de duas novas classes de ação, por meio da conversão de parte das ações ordinárias e ações preferenciais classe B, alterando desta forma as classes de ações que a companhia detinha, passando a deter 75% do total das ações. Não houve alteração no capital votante, sendo mantida a companhia com 50% do capital votante, além disso não houve mudança na governança. A controlada Aegea realizou a compra das ações preferenciais classe B que foram convertidas em ações preferenciais classe D e que serão pagas até dezembro de 2025. Em março de 2025, a controlada indireta Corsan recebeu parcialmente o montante de R\$ 4.849, referente aos recursos financeiros contratados em agosto de 2018 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com vencimento em setembro de 2038 e taxa de juros atrelada ao IPCA + 4,87% a.a., com pagamentos de juros realizados mensalmente. Em março de 2025, a controlada indireta Aegea realizou a captação da 21ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica,

Diretoria

DANILLO DIAS GARCEZ DE CASTRO DORIA Diretor Presidente	LUIZ FELIPE SETTEN FUSTAINO Diretor
--	---

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Arcos Saneamento e Participações S.A.**, São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Arcos Saneamento e Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Arcos Saneamento e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação a Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Representação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Chamamos atenção à nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir os ajustes descritos na referência nota explicativa. Em 28 de agosto de 2025 emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras da Companhia, que ora estão sendo reapresentadas. Nosso novo relatório, que substitui o anterior, não contém qualquer modificação. **Outros assuntos:** Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior: Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, também foram objeto de representação e foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 05 de dezembro de 2023, sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião

sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa

a taxa de juros de 2,85% a.a., pagos anualmente. Em junho de 2025, a controlada indireta Manaus recebeu o montante de R\$ 350.000, referente aos recursos financeiros contratados junto ao Banco Inter - American Investment Corporation ("IB Interinvest"). Este valor integra o financiamento total de R\$ 750.000, com vencimento em dezembro de 2042 e remuneração baseada em IPCA acrescido de 8,42% ao ano, com pagamentos de juros semestrais. Em julho de 2025, a controlada indireta Ceará 2 recebeu o montante de R\$ 50.000, referente ao financiamento contratado junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, que integra o valor total de R\$ 300.000 já desembolsados. O financiamento possui vencimento em dezembro de 2025 e está sujeito à taxa de juros correspondente a CDI acrescida de 2,18% a.a., pagos na data de vencimentos. A operação conta com garantia da controladora, Aegea Saneamento. Em julho de 2025, as controladas indiretas Pará A, Pará B e Pará D assinaram contratos de concessão prevendo o pagamento de outorga fixa, conforme prática comum entre os contratos. As outorgas totalizam, respectivamente, R\$ 1.168.012, R\$ 140.927 e R\$ 117.827, e estão divididas em três parcelas: a 1ª parcela, equivalente a 60% do valor total, foi paga na data da assinatura; a 2ª parcela, correspondente a 20%, será quitada até dois dias (dois após a emissão do Termo de Transferência do Sistema, prevista para até 180 dias da assinatura do contrato, e a 3ª parcela, também de 20%, será paga no último dia do terceiro ano de operação do sistema. Em julho de 2025, a controlada indireta NXP concluiu a aquisição de participação direta e indireta detida por acionista minoritário em Sociedades de Propósito Específico ("SPES") responsáveis pelas operações de concessões de água e esgoto em 19 municípios no estado de Mato Grosso, abrangendo uma população de cerca de 660 mil pessoas, passando a controlada indireta Aegea a deter, de forma direta e indireta, a totalidade das ações dessas SPES. A aquisição, que foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, será paga em 8 parcelas anuais de R\$ 75.000, corrigidas pelo IPCA, a primeira quitada nesta data. Em julho de 2025, a controlada indireta Manaus liquidou antecipadamente os contratos firmados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, celebrados em novembro de 2014 e junho de 2020, mediante pagamento do montante total de R\$ 104.758. Em julho de 2025, a controlada indireta Ceará 2 recebeu os montantes de R\$ 225.657 e R\$ 24.343, referentes ao financiamento contratado junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB no montante de até R\$ 754.583. Sobre os valores há incidência de juros correspondentes a IPCA + 11,0% ao ano e juros correspondentes ao IPCA + 3,25% ao ano, respectivamente. Os pagamentos serão trimestrais com vencimento final em julho de 2048. Em agosto de 2025, a controlada indireta Aegea sagrou-se vencedora do leilão do Bloco C, a partir da Concorrência Pública Internacional nº 001/2025, cujo objeto consiste na concessão plena regularizada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelo prazo de 40 anos em 27 municípios do Estado do Pará, beneficiando cerca de 800 mil pessoas. Em agosto de 2025, a controlada indireta Aegea celebrou contrato para aquisição de 100% do capital social da Ciclus Ambiental S.A. e da Ciclus Ambiental Rio S.A., pelo valor total de R\$ 1,1 bilhão, a ser pago em três parcelas anuais corrigidas pelo CDI. A operação está sujeita a condições precedentes, incluindo aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Em agosto de 2025, a controlada indireta Aegea liquidou parcialmente a 12ª emissão de debêntures simples, no montante total de R\$ 65.207. Em setembro de 2025, a controlada indireta Aegea concluiu a 3ª emissão de debêntures simples, no montante total de R\$ 2.273.029 mil, com custo de CDI + 1,80% a.a. e prazo de vencimento de 7 anos. Os recursos captados foram integralmente destinados à gestão de passivos (liability management), visando à redução do custo financeiro e ao alongamento do prazo médio da dívida, por meio da recompra facultativa de debêntures das 11ª, 14ª, 17ª (segunda série) e 19ª emissões, cujos vencimentos ocorrem entre setembro de 2024 e setembro de 2029, com montantes de R\$ 2.425,5 a.a. e CDI + 3,47% a.a. Em setembro de 2025, a controlada indireta Corsan recebeu parcialmente o montante de R\$ 21.534, referente aos recursos financeiros contratados em agosto de 2018 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com vencimento em setembro de 2038 e taxa de juros atrelada ao IPCA + 4,87% a.a., com pagamentos de juros realizados mensalmente. Em setembro de 2025, a controlada indireta Corsan recebeu parcialmente o montante de R\$ 1.879 referente aos recursos financeiros de longo prazo contratados junto à Caixa Econômica Federal - CEF, no montante total de R\$ 430.247 para fazer frente ao seu programa de investimentos, dos quais R\$ 329.089 já foram desembolsados. O financiamento tem o vencimento em junho de 2038 e taxa de juros de TR de 8,30% a.a., pagos mensalmente. Em setembro de 2025, a controlada indireta Teresina desembolsou o montante de R\$ 500.000, referente a captação da 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfrica, para distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição, com vencimento em setembro de 2035 e remuneração atrelada ao CDI + 1,05% a.a., pagos semestralmente. Em 19 de fevereiro de 2024, o Conselho de Administração das coligadas indiretas Águas do Rio 1 e Águas do Rio 4, aprovaram a 4ª emissão das debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real, com garantia firme de colação e sob o rito de registro automático, no montante total de R\$ 1.287.000 e R\$ 1.317.685, com prazo de vencimento de 10 anos e 6 meses para as debêntures da primeira série, e de 18 anos e 6 meses para as debêntures da segunda série. Em outubro de 2025, a controlada indireta Aegea realizou a captação da 24ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, no valor total de R\$ 2.742.000. As debêntures possuem vencimento final em janeiro de 2036 e juros remuneratórios prefixados de 17,5344% a.a., pagos semestralmente, sendo o primeiro pagamento em julho de 2026. Em outubro de 2025, a controlada indireta Aegea celebrou o Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica. Por meio do referido aditamento, ocorreu o desmembramento da emissão em duas séries, sendo a 1ª Série de R\$ 1.524.225 com juros remuneratórios prefixados de 16,762% a.a., pagos semestralmente nos meses de maio e novembro, e vencimento final em janeiro de 2029. A 2ª Série é o montante de R\$ 1.255.775, com juros remuneratórios prefixados de 19,5391% pagos semestralmente nos meses de janeiro e julho, com o primeiro pagamento em julho de 2026 e vencimento final em janeiro de 2036. Em outubro de 2025, a controlada indireta Guarabá realizou a 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, no montante total de R\$ 1.350.863 com vencimento em novembro de 2027 e remuneração atrelada ao CDI acrescido de 0,80% a.a. Os juros serão pagos semestralmente, nos meses de abril e outubro, sendo o primeiro pagamento em abril de 2026. Em outubro de 2025, a controlada indireta Pará A concluiu o desembolso do valor remanescente de R\$ 790.233, referente à 2ª série da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia fiduciária adicional, para distribuição pública sob o rito de registro automático, no montante total de R\$ 1.350.863 com vencimento em novembro de 2027 e remuneração atrelada ao CDI acrescido de spread de 2,85% a.a., pagos anualmente. Em outubro de 2025, a controlada indireta Aegea Finance concluiu a emissão de títulos série de dívida ("Blue Bonds") no valor total de US\$ 750.000, sendo parte dos recursos, no montante de US\$ 249.999, utilizados para liquidação parcial antecipada da 2ª emissão de Bonds. O valor líquido de US\$ 500.000, equivalente, na data de liquidação, a R\$ 2.742.000 será indicado na Intenrante com vencimento em janeiro de 2036 e taxa de juros de 7,625% a.a., pagos semestralmente. Essa operação conta com a garantia integral da Aegea Saneamento. Em novembro de 2025, a controlada indireta Corsan realizou a 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em 2 (duas) séries, de sua 7ª (sétima) emissão ("Debêntures"), sendo: (i) 1.100 Debêntures da primeira série; e (ii) 695 Debêntures da segunda série, todas com valor nominal unitário de R\$ 1 (mil reais) na data de emissão das Debêntures, qual seja, 15 de outubro de 2025 ("Data de Emissão"), perfazendo o montante total de R\$ 1.795.000. Em novembro de 2025, a controlada Aegea realizou a captação da 25ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em duas séries no montante total de R\$ 1.000.000 (um bilhão de reais), com prazo de vencimento de 5 anos para as Debêntures da 1ª série e de 7 anos para as Debêntures da 2ª série, contados da data de emissão. Em novembro de 2025, a controlada indireta Ambiental MS Pantanal, realizou o resgate antecipado facultativo da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfrica, com garantia fiduciária adicional, no montante de R\$ 350.000 (trezentas e cinquenta mil) Debêntures, qual seja, 4 de dezembro de 2025, o montante total de R\$ 880.000. Em novembro de 2025, a controlada indireta Manaus, realizou a 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, de sua 8ª (oitava) emissão ("Debêntures"), todas com valor nominal unitário de R\$ 1 (mil reais) na data de emissão das Debêntures, perfazendo o montante total de R\$ 200.000. Em dezembro de 2025, as controladas indiretas Ceará 1 e 2, realizaram a 1ª emissão de debêntures simples, sendo: (i) 4.293.810 (quatro milhões, duzentas e noventa e três mil, oitocentas e dez) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, com garantia fiduciária adicional, da 1ª (primeira) emissão da SPE 1, com valor nominal unitário de R\$100,00 (cem reais), perfazendo, na data de emissão, qual seja, 15 de dezembro de 2025, o montante total de R\$ 299.619, em conjunto o montante total é de R\$ 729.000. Em dezembro de 2025 a controlada indireta Padova Participações S.A. ("Padova"), adquiriu 100% das ações representativas do capital social da Ciclus Ambiental S.A., da qual é subsidiária integral a Ciclus Ambiental Rio S.A. ("Ciclus"). O valor final da Aquisição foi de R\$ 1.085 bilhão, sendo que R\$ 769,4 milhões foram pagos nesta data com a 1ª emissão de debêntures e o saldo remanescente será pago em duas parcelas corrigidas por 100% do CDI durante o período de 08 de dezembro de 2025 até os vencimentos em abril de 2026 e abril de 2027.

Contador

VANDERLEI DA SILVA BATISTA Contador - CRC 1SP 303.273/0-3

Opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar à dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos aos responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de dezembro de 2025

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 25P04128/0-6

Márcio Serpejante Peppe
Contador CRC 1SP233011/0-8



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/1482-1504-2515-DF12> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1482-1504-2515-DF12



Hash do Documento

DDDEBE4E8223A74A2ABFB38DAB23A3F019F155DEDE26BE2891D424A659D58116

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 11/12/2025 é(ão) :

- ☒ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) -
39.732.792/0001-24 em 11/12/2025 00:03 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Evidências

Geolocation: Latitude: -23.6474351 Longitude: -46.5548955 Accuracy: 20
IP: 172.16.4.4
AC: AC Certisign RFB G5

